

## Crédito rural no Brasil

# Panorama e propostas do sistema cooperativista

Evandro Scheid Ninaut<sup>1</sup>Gustavo Rodrigues Prado<sup>2</sup>Marcos Antonio Matos<sup>3</sup>Flávia de Andrade Zerbinato Martins<sup>4</sup>

O AGRONEGÓCIO tem fundamental importância na economia brasileira, com expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB), no superávit da balança comercial e na geração de empregos. Trata-se de um importante elo da cadeia produtiva, suscetível a fenômenos naturais, que implicam maiores riscos que a produção industrial.

Como tem papel fundamental na modernização da base técnica de produção e o fortalecimento da agroindústria, a política agrícola deve abranger:

- O seguro rural;
- A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- Crédito rural.

No cenário internacional, a crise de liquidez afetou a confiança dos agentes econômicos. Bancos centrais e tesouros nacionais fizeram intervenções para garantir a liquidez e a solvência do sistema. A amplitude da crise atinge instrumentos de crédito e de financiamento, importantes alavancas do capitalismo moderno.

Como deixam escasso o crédito para os produtores e suas cooperativas, os efeitos da crise mundial devem ser levados em conta nas discussões do novo Plano Agrí-

cola e Pecuário. O cenário é ainda agravado por:

- Um passivo de débitos ainda não resolvido;
- Deficiências de infraestrutura;
- Relativização do direito de propriedade;
- Exaustão do modelo de financiamento.

O volume do crédito rural aplicado entre julho de 2008 e abril de 2009 é inferior ao disponibilizado para a safra. Como neste período se concentra a maior utilização de créditos, dificilmente os recursos previstos serão utilizados na sua totalidade. Esse volume é inferior ainda ao disponibilizado na safra 2007/08.

Visando à reestruturação do crédito, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ofereceu propostas em termos do volume de recursos, da taxa de juros e dos mecanismos de acesso e inovação do crédito, para atender, sobretudo, os pequenos e médios produtores e suas cooperativas.

## Volume de recursos

Há incertezas quanto à atuação dos agentes privados, como as *tradings* e multina-

cionais, que reduziram os financiamentos das lavouras, diante da escassez de recursos e da volatilidade do mercado de *commodities*.

O déficit foi suprido parcialmente por cooperativas que financiaram os seus associados, mesmo diante de custos operacionais elevados. A participação importante do cooperativismo no crédito rural resultou em comprometimento de recursos próprios, acentuado diante das adversidades climáticas.

A proposta prevê o aporte de recursos da ordem de R\$ 110 bilhões para o custeio, a comercialização e os programas de investimento para a safra 2009/10, com a autorização para as instituições bancárias aplicarem os recursos da poupança rural.

## Taxa de juros

Diante da estabilidade da economia brasileira, com reservas internacionais de US\$ 200 bilhões, déficits aceitáveis na balança de pagamentos e dívida externa sob controle, a previsão é de continuidade na queda das taxas de juros na economia brasileira nos próximos meses, alinhando-se às taxas internacionais.

## Acesso ao crédito

Os sucessivos processos de renegociação do passivo do setor agropecuário elevaram a classificação de risco das operações de crédito rural. Como não conseguem acessar recursos subsidiados para financiar as suas lavouras, os produtores são forçados a utilizar linhas de mercado, com taxas de juros mais altas.

A proposta é de que se:

1. Estabeleça uma nova metodologia de classificação de riscos para o setor agropecuário, considerando suas especificidades e a utilização de mecanismos de mitigação de riscos, como o seguro rural e mecanismos de proteção de preços, a exemplo dos contratos de opções e *hedge*;
2. Crie o Fundo de Compensação de Riscos, com o objetivo de diminuir o risco das operações de crédito rural de forma a permitir a contratação de novos créditos pelo produtor rural.

## Brasil: programação e aplicação de crédito rural (milhões de reais)

	2007/08	2008/09	
	Programação jul/07 a jun/08	Programação jul/08 a jun/09	Aplicação jul/08 a abr/09
1. Agricultura empresarial			
Custeio e comercialização	49.100,00	54.800,00	41.460,70
Investimento	8.900,00	10.200,00	7.760,80
Sub-total (1)	58.000,00	65.000,00	49.221,50
2. Agricultura familiar	12.000,00	13.000,00	7.808,10
Total (1+2)	70.000,00	78.000,00	57.029,60

Fonte: MAPA (2009)

### Propostas de taxa de juros

Programa	Taxa de juros [% ao ano]		
	2008/09	Proposta 2009/10	%
Custeio	6,75	5,00	-25,93
Comercialização	6,75	5,00	-25,93
Proger rural	6,25	4,50	-28,00
<b>Programas do MAPA/BNDES</b>			
<b>Moderfrota</b>			
Renda bruta anual até R\$ 250 mil	7,50	6,00	-20,00
Renda bruta anual acima de R\$ 250 mil	9,50	7,50	-21,05
Demais programas	6,75	5,00	-25,93

Fonte: OCB

3. Faça a implantação de mecanismo de cobertura de risco de crédito às operações de capital de giro para o crédito rural nos moldes da Resolução Bacen nº 3.635/2008, que instituiu essa cobertura às empresas de construção civil.

Como os valores das garantias exigidas pelas instituições financeiras ultrapassam aqueles das operações de crédito rural, renegociadas com base na Lei nº 11.775, de 2008, o produtor fica sem acesso ao crédito rural.

Com relação às garantias para obtenção de novos financiamentos, a proposta prevê para:

- Custeio: até 100% do valor financiado e restrito ao penhor da produção prevista;
- Investimento: o bem financiado á garantia necessária e suficiente;
- Capital de giro: permitir a utilização, em segundo grau, das garantias dadas ao Pesa, Securitização e ao Recoop em novos financiamentos; possibilitar a cessão dos valores dos créditos tributários; e aceitar títulos recebíveis e contratos de venda como garantia nas operações de crédito de forma rotativa.

Na safra 2008/09, houve aumento da exigência para os agricultores obterem crédito rural, como a contratação de seguros de vida, títulos de capitalização e outros produtos das instituições financeiras.

Os produtores rurais e as cooperativas propõem coibir a realização das operações ditas “casadas”, tais como a liberação de recursos na conta dos fornecedores e a exigência do uso do seguro da instituição bancária ou sua subsidiária. A maior capilaridade para o crédito rural permite maior acesso do produtor via bancos e cooperativas de crédito.

### Mudanças no Prodecoop

Com as dificuldades de acesso e a morosidade na análise pelos agentes financeiros, os projetos de capital de giro encaminhados pelas cooperativas não utilizaram parcela expressiva do montante de recursos disponibilizados.

O próprio ministro da Agricultura, Stephanes, afirmou que os bancos precisam agilizar a liberação de recursos para produtores rurais. Criticou a lentidão de instituições financeiras na liberação de recursos já autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A modalidade de capital de giro é essencial para dar fôlego às cooperativas para girar os negócios dos seus associados. As cooperativas agropecuárias ficam com “dinheiro na veia”, em caixa, para rodar a safra e manter as suas atividades econômicas.

Além da manutenção do Prodecoop-giro, fazem-se necessárias as seguintes medidas complementares à linha:

- Aumentar o limite de investimento para R\$ 75 milhões;
- Ampliar o prazo de reembolso para 12 anos, com carência de cinco, nos investimentos em infraestrutura com prazos de retorno superior a oito anos;
- Alterar o sistema de amortização, com menor a sobrecarga nos períodos iniciais e melhor distribuição ao longo da operação;
- Financiar a instalação e a modernização de unidades industriais para a produção de café torrado, solúvel e de bebida superior;
- Enquadrar equipamentos usados como itens financiáveis;
- Incluir como item financiável caminhões, reboques e semirreboques.

### Procap-Agro

Diante do atual processo de alongamento de dívidas, dos efeitos da retração de crédito e do respectivo aumento da participação das cooperativas no processo de financiamento, faz-se necessária a criação de um programa inovador, que permita a reestruturação financeira, por meio de integralização de cotas-partes, e a recomposição de capital de giro nas cooperativas.

Diferentemente de uma empresa S/A, nas cooperativas não há possibilidade de captação de recursos via lançamento de ações negociadas em bolsas de valores. Diante disso, a proposta do Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias – Procap-Agro visa a atender a falta de capital das cooperativas e a reestruturação de seu patrimônio para implementar novos investimentos e negócios para seus associados.

Em suma, pretende-se angariar R\$ 2,5 bilhões de recursos – limitados a R\$ 25 mil por associado para integralização de cotas-partes e de R\$ 200 mil para cooperativas - nas modalidades de capitalização ou capital de giro, podendo ser acrescido em 50% no caso das centrais, com prazo de dez anos e dois de carência. A proposta de taxa de juros a ser equalizada pelo Tesouro Nacional é de 5,75% ao ano.

### Proger Rural Cooperativo

Pequenos e médios produtores têm mais dificuldades de ter acesso ao crédito. Os agricultores familiares se beneficiam de programas governamentais, com um leque de linhas de financiamento. Por sua vez, como dependem pouco de recursos de terceiros, os grandes produtores têm as melhores classificações de risco bancário e acesso ao crédito garantido.

Uma importante ferramenta do crédito rural, que tem como alvo pequenos e médios produtores, para propiciar taxas de juros, prazos e demais condições compatíveis com sua realidade, o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), criado para atender os produtores com propriedades até 15 módulos fiscais, esta se esfacelando.

As cooperativas agropecuárias são uma opção para irrigação dos recursos desse

programa, com:

- Aumento na produtividade dos empreendimentos;
- Geração de novos postos de trabalho;
- Elevação da arrecadação tributária;
- Melhor distribuição de renda.

### Cooperativas seguradoras

Considerando-se a tendência de crescimento acelerado do setor de seguro rural no Brasil, apoiado pelo apoio governamental de subvenção ao prêmio, da abertura do mercado de resseguro e da regulamentação do Fundo de Catástrofe, a criação de uma Companhia de Seguro Rural, voltada ao atendimento do sistema cooperativista, se torna de fundamental relevância. O Decreto-Lei nº 73, de 1966, permite a atuação das cooperativas no mercado segurador.

### Considerações finais

Diante de custos elevados de produção e das incertezas relacionadas à crise financeira internacional e dos seus possíveis impactos na pauta de exportação do setor e na renda aos produtores rurais, essas propostas têm o propósito de ajudar na reestruturação e readequação do crédito rural.

Somam-se isso os novos conceitos que devem ser consolidados, tendo-se como exemplos os instrumentos privados de financiamento do agronegócio e a implantação de um seguro de renda ao produtor e associados de cooperativas. ■

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas, gerente de Mercados da OCB.
2. Administrador, especialista em Marketing, assessor técnico-econômico da OCB.
3. Eng. agrônomo, mestre em Agronomia, assessor técnico-econômico da OCB.
4. Economista, assessora técnico-econômica da OCB.

# Cooperativismo: desenvolvimento com justiça social.

## 40.000.000

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está presente em todas as unidades da Federação e tem a missão de representar e fortalecer o cooperativismo, promovendo sua identidade e reconhecendo sua diversidade.

Ao todo são cerca de 7,8 mil cooperativas vinculadas ao Sistema OCB, sendo 1.611 somente no Ramo Agropecuário. Estas reúnem cerca de 1 milhão associados e geram em torno de 140 mil empregos diretos.

As cooperativas agropecuárias têm 38,4% de participação no PIB do setor e respondem por cerca de US\$ 4 bilhões em exportações diretas.

São organizações de pessoas que geram trabalho, renda e desenvolvimento com justiça social.

4

US\$ 4 bilhões é a média anual das exportações diretas das cooperativas brasileiras.

6

6% é a participação das cooperativas no total das riquezas geradas no Brasil.

38,4

38,4% é a participação das cooperativas no total do Produto Interno Bruto agropecuário.

126

R\$ 126 bilhões é o volume de recursos das cooperativas no total do PIB brasileiro.

7.682

É o número de cooperativas atuantes em 13 ramos de atividades econômicas.

254.556

É o total aproximado de empregos diretos gerados pelas cooperativas até 2007.

7.887.707

É o total de associados a cooperativas do Sistema Cooperativista Brasileiro.

É o total estimado de brasileiros envolvidos no cooperativismo, prática que gera trabalho, renda, mais qualidade de vida e, acima de tudo, desenvolvimento com justiça social.